

## **ACTA N.º 12**

### **Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia vinte e oito de Abril de 1999.**

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e noventa e nove, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, esteve reunida a Assembleia Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, por convocação do seu Presidente Olímpio Francisco de Oliveira, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

**Ponto um** – Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano de 1998;

**Ponto dois** – 1.ª Revisão ao Plano de Actividades para o ano de 1999 (ratificação);

**Ponto três** – Plano de alinhamento da rua Silvestre Bernardo Lima;

**Ponto quatro** – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;

**Ponto cinco** – Proposta de Criação da Comissão de Protecção de Menores.

Para além do Presidente da Assembleia, compareceram os seguintes membros da mesma Assembleia: Vera Lúcia Pedro Coelho dos Santos Noronha, Armindo João Gaspar Pinhão, Luisa Isabel Soares Pacheco, Álvaro Favas Brasileiro, Paulo Francisco de Melo Espírito Santo, Henrique Alberto Gomes Freilão Arraiolos, Josué Silva Cavalheiro, Manuel Isidoro Feliciano, Maria Fernanda Raposo Tirano, António José Sanfona Coelho, Justino Jorge Costa Marques, Maria de Fátima Pedro Carvalho Guerra Rodrigues, Pedro Manuel Pereira Costa Branco e António Conceição Moreira.

Após ter constituído a Mesa, por si e pelos senhores secretário Vera Lúcia Pedro Coelho dos Santos Noronha e Pedro Manuel Pereira Costa Branco, o sr. Presidente da Mesa, iniciou a sessão eram vinte e uma horas e trinta minutos, com a aprovação da acta número dez, respeitante à sessão ordinária de vinte e seis de Fevereiro do ano corrente.

Não se registando qualquer intervenção sobre a redacção da acta, foi a mesma posta à votação tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor e uma abstenção.

Foi posta à discussão e votação a minuta da acta da sessão extraordinária realizada no dia 24 de Abril, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção.

Não foi levantada qualquer questão relativamente à correspondência recebida desde a realização da última assembleia, a qual consta de uma listagem distribuída a todos os membros da Assembleia.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O sr. Presidente da Mesa deu início a este período e informou que nos termos regimentais e dada a extensão da Ordem de Trabalhos o mesmo seria limitado a uma hora, ressalvando no entanto que o mesmo poderia ser prorrogado, se os assuntos em discussão o justificassem e se o plenário da assembleia assim o entendesse.

Foram aceites inscrições dos senhores autarcas que desejassem intervir.

Josué Cavalheiro disse ter ficado perplexo com algumas notícias veiculadas na Informação da CDU de Março de 1999 e perguntou ao porta voz da bancada da CDU e aos elementos da mesma bancada presentes nesta reunião, se se revêm nessa informação e se subscrevem o dito documento.

Armindo Pinhão começou por sugerir, à Junta de Freguesia, que acrescentasse o estrado onde funciona a Mesa, a fim de haver mais espaço para todos.

Em relação a algumas questões levantadas por ele, na última reunião, e não respondidas, que se prendem com a Assembleia anterior e com o Orçamento e Plano de Actividades, referiu que espera um esclarecimento.

Perguntou ainda qual o ponto de situação da proposta de alteração ao Plano Director Municipal, e dos Planos de Ordenamento do Centro Cívico e da Zona Envolvente à Barragem dos Patudos.

Pedi também esclarecimentos ao senhor Presidente da Mesa sobre o despacho do Supremo Tribunal, relativamente ao legado de Manuel Nunes Ferreira.

A concluir a sua intervenção disse que, pessoalmente, não vai responder à questão colocada pelo autarca Josué Cavalheiro.

Justino Jorge, reportando-se à Semana da Juventude, referiu que a mesma teve um bom programa e lamentou a fraca adesão que se verificou.

Pedi também esclarecimentos, ao senhor Presidente da Câmara, sobre a situação do cinema em Alpiarça.

Pedro Branco interveio para colocar duas questões, designadamente, no que diz respeito ao painel publicitário junto ao Mercado Municipal, que retira grande parte da visibilidade para a estrada e solicitou que o mesmo fosse mudado.

Relativamente à outra questão, dirigiu-se ao sr. Presidente da Mesa e solicitou-lhe, uma vez mais, visto já lhe ter comunicado através de carta, que lhe fosse permitido o acesso à informação requerida sobre a nova Biblioteca Municipal.

O senhor Presidente da Mesa, relativamente às questões que lhe foram colocadas, esclareceu o seguinte:

Sobre o legado Manuel Nunes Ferreira, referiu que a resolução do Tribunal é do conhecimento público e que em princípio não podemos desobedecer a uma ordem do Tribunal.

Quanto ao caso da Biblioteca Municipal esclareceu que não recebeu a carta, porque foi no período que estava em suspensão de funções mas que vai fazer os possíveis para responder ao solicitado.

Relativamente às questões colocadas ao senhor Presidente da Câmara, o mesmo esclareceu o seguinte:

Quanto às dúvidas colocadas por Armindo Pinhão sobre o Plano de Actividades e Orçamento, efectuou os devidos esclarecimentos;

Sobre as alterações ao PDM, informou que as entidades que se pronunciaram até ao momento, concordaram, na generalidade, com as várias alterações e há três situações ainda sob reserva, que vão ser discutidas na REN, na próxima semana;

Relativamente ao projecto do Centro Cívico, informou que a empresa já entregou a segunda parte do trabalho e está a preparar os painéis para discussão pública;

Quanto à Zona Envolvente à Barragem dos Patudos, informou também o ponto de situação, isto é, a empresa responsável entregou a segunda parte do trabalho e está a preparar o projecto para discussão pública e apreciação desta Assembleia;

Sobre o pedido de esclarecimento do eleito Justino Jorge, informou que decorre um estudo para concluir se vale a pena adquirir o imóvel, onde hoje funciona uma casa de móveis e proceder ao seu restauro e adaptação ou partir para uma nova instalação;

Quanto ao painel publicitário, referiu que o mesmo, ainda não foi ajustado, porque estão estabelecidos contactos com a empresa para a colocação de mais mobiliário urbano, ou seja, mais paragens de autocarro e como contrapartida mais papeleiras e mais cabinas publicitárias;

Sobre a informação da Biblioteca Municipal, perguntou ao autarca Pedro Branco se este queria essa informação por escrito ou verbal.

O autarca em questão esclareceu que preferia uma informação escrita.

Findo este período de esclarecimentos o sr. Presidente da Mesa, passou ao período de apreciação e discussão das várias moções apresentadas.

Foram lidas e postas à discussão pela Mesa, as seguintes moções:

**Moção n.º 1.**

“Vamos celebrar mais um 1.º de Maio em Liberdade e com os ideais de Abril. Este Dia Internacional dos Trabalhadores constituirá também uma acção de solidariedade para com os trabalhadores do mundo inteiro, em especial aqueles que sofrem os horrores da Guerra, Guerra essa que pode levar a contornos indefinidos e que poderá ser um despoletar para perigos ainda maiores.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida a 28 de Abril de 1999 faz votos para que essas Guerras acabem e dêem lugar à PAZ.

No momento em que se tenta branquear e denegrir a luta heróica de um Povo que lutou e sofreu, esta mesma Assembleia apela aos Alpiarcenses especialmente aos trabalhadores que não deixem de festejar este 1.º de Maio defendendo assim também os seus Direitos, Liberdades e Garantias. Viva o 1.º de Maio. Os eleitos da CDU”

**Moção n.º 2.**

“NUNO KRUS ABECASIS era uma personagem íntegra, mas controversa.

Foi Secretário de Estado do 2.º Governo Constitucional, Deputado do CDS e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1979 e 1989.

Actualmente era Deputado do PP e Vice-Presidente da Assembleia da República.

Faleceu no passado dia 14 de Abril.

Os eleitos da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, em reunião ordinária de 99-04-28, declaram o seu pesar pelo desaparecimento desta figura da Política Nacional e apresentam condolências à família enlutada. Os eleitos do PS.”

**Moção n.º 3.**

“A região dos Balcãs é palco desde há muitos séculos atrás de desentendimentos e confrontos entre os seus Povos, por razões étnicas e religiosas, que resultam no sofrimento das populações e na mais forte violação dos mais elementares direitos do ser humano.

Lamentavelmente, após o meio século de paz que a região viveu depois da 2.ª Guerra Mundial, de novo o conflito, com proporções ainda mais graves que na Bósnia, vindo quebrar o sossego dos Balcãs, apagar a chama da alegria de viver, encerrar sorrisos, reacender ódios.

Ao sofrimento das longas marchas de centenas de milhares de refugiados, de famílias em muitos casos desmembradas à procura de um não fácil refúgio, que os proteja da loucura dos actos dos senhores da guerra, Milosevic e ELK (Exército de Libertação do Kosovo), junta-se a desgraça da destruição e do terror na população civil Sérvia e também Kosovar, vítimas da chuva bélica que cai provocando dor e pânico, proveniente dos bombardeamentos dos E. U. da América, da NATO, e por consequência dos países seus membros.

Neste final de século e ao contrário do que seria lógico verificar-se, a violência sobrepõe-se à razão, sem pena nem dó, galgando mares e montes, e sem olhar a raças ou crenças religiosas dos Povos.

É assim nos Balcãs como em Timor-Leste, onde a dramática situação de assassinios perpetuados por milícias paramilitares pró-indonésias, violam constantemente o Povo Timorense. Também aqui é necessário um maior esforço por parte da Comunidade Internacional, no sentido de impedir a continuação dos sucessivos massacres, pondo fim a actuação dos agentes da desordem e da destruição, que ao serviço da Indonésia, tem levado a efeito atrocidades sem precedentes, na população timorense.

No sentido de contribuir para a consciencialização da necessidade de tomar com toda a urgência uma posição que ponha termo às agressões à dignidade humana e à vida dos povos da Sérvia, do Kosovo e de Timor-Leste, a Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em 28 de Abril de 1999, solicita aos Senhores Deputados da Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Governo do País, e a sua Ex.a. o Senhor Presidente da República Portuguesa, que sejam tomadas as diligências necessárias, no sentido de serem criadas condições para a rápida intervenção das forças de manutenção de Paz das Nações Unidas no Kosovo e em Timor-Leste, com o imediato cessar fogo das forças armadas dos Estados Unidos da América e da NATO à Jugoslávia, com a libertação de Xanana Gusmão e o desarmamento por parte da Indonésia das suas milícias timorenses. A bancada da CDU.”

**Moção n.º 4.**

“Perto do fim do século e à beira da entrada num Novo Milénio, 54 anos após o monstruoso Genocídio praticado na Europa e no Mundo, durante a 2.ª Grande Guerra, a Declaração Universal dos Direitos humanos é sistemática e barbaramente violada.

## Assembleia Municipal de Alpiarça

De entre os vários genocídios que ainda se praticam actualmente, o do Povo de Timor Leste choca-nos profundamente. Há quantos anos foi o massacre de Santa Cruz? Quantos mais ocorreram até agora? Quantos milhares já foram chacinados? Até quando?

Assim, os eleitos da Assembleia Municipal de Alpiarça, reunidos a 28 de Abril de 1999, saúdam os esforços envidados pelos Ex.mos Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Chefe de Governo junto das Nações Unidas para a resolução pacífica do problema de Timor Leste, devolvendo a Paz, Liberdade e Autonomia a este Povo mártir.

Solicitamos às Nações Unidas e em especial ao seu Secretário Geral, uma posição firme traduzida no envio, urgente, dum contingente de capacetes azuis para Timor Leste, que fiscalize e assegure a deposição das armas, assegure a Paz e permita que o referendo marcado para 8 de Agosto de 1999 se realize em Liberdade. A bancada do Partido Socialista.”

### Moção n.º 5.

“Para que melhor nos situemos sobre esta moção convirá ter noção de alguns dados, e alguns princípios que temos por base.

A Guerra, é sempre, qualquer que ela seja, profundamente deplorável.

Kosovo é uma região autónoma da Jugoslávia, dentro da República Sérvia, com a população de 80 a 90% de etnia Albanesa. Para nos apercebermos da relação entre albaneses e sérvios convirá referir que os rendimentos per capita na Sérvia são 3,5 vezes superiores ao rendimento per capita no Kosovo. O desemprego no Kosovo é 20 vezes superior ao da República Eslovena, contudo os desempregados são os Albaneses.

*“Na Primavera de 1981 sucederam-se, no Kosovo, numerosas manifestações, reivindicando para a província um estatuto de república dentro da Federação Jugoslava. Uma dura repressão, com mais de 300 mortos e o encerramento do Kosovo aos correspondentes externos foram as respostas Sérvias a uma reivindicação que nem sequer punha em causa a Constituição Jugoslava (em Março de 1989 teve lugar outro episódio com idênticas consequências ao ser limitada a autonomia Kosovar.”* - Jesus Enfedque Echevarria Professos. Titular da Escola Universitária da Formação do Professorado do ECB - Universidade de Barcelona in Geografia Universal 3.º volume de Resomnia Editores.

Os dirigentes sérvios falam de irredentismo albanês, dos anseios separatistas dos Albaneses do Kosovo, mas talvez o problema do Kosovo não seja o irredentismo nem a vontade de anexação por parte da Albânia, mas sim o objectivo do nacionalismo sérvio para recuperar a hegemonia na Federação Jugoslávia.

Em Novembro de 1938 numa noite que ficou tristemente conhecida como a "Kristallnacht" Noite de Cristal, um outro tirano, este não pertencente à zona Balcânica, promoveu o ataque a empresas, propriedade e pessoas quer fossem judeus, quer contra outros grupos étnicos rotulados de impuros, e levou esta ideologia, que estava bem explicada no "Mein Kampf" até às formas mais barbaras de limpeza étnica.

## Assembleia Municipal de Alpiarça

Pergunto-me, se em 1938, depois do que já tinha acontecido em Espanha, os países democratas tivessem apresentado uma atitude firme e de repúdio, ou mesmo de força, teria acontecido a II Guerra Mundial, ou se perante essa posição firme do mundo Hitler não teria recuado.

Também temos que referir que enquanto uns não faziam nada, outros pelo contrário, estabeleciam com o tirano, um pacto de não agressão.

Permitam-me que, com alguma ironia, cite dois exemplos que poderão ter evitado conflitos, mais alargados pela pronta intervenção de forças militares de um pacto militar.

Refiro-me concretamente:

À Hungria que no dia 04 de Novembro de 1956 foi invadida por 16 divisões (cerca de 200 mil soldados) e mais de 2.000 tanques do Pacto de Varsóvia;

À Checoslováquia que pelos meios utilizados na Hungria, viu nos finais de Agosto de 1968, assim acabada a sua Primavera de Praga.

Com estes exemplos não pretendemos defender qualquer que seja a intervenção militar. Esta somente poderá ser entendida quando valores bem mais importantes do que a simples manutenção, pela força, de um sistema político.

No entanto, quando mais de oitenta por cento de uma população está a ser escorraçada, perseguida, expulsa das suas casas, as suas mulheres violadas, os seus homens fuzilados, é obrigação de todo o Mundo Civilizado cerrar fileiras em defesa desse povo oprimido e perseguido e sujeito a medidas que são características da opressão por tiranos.

O nosso 25 de Abril, ensinou-nos que devem ser os próprios a determinar qual o futuro que pretendem para o seu povo. Foi isso que fizemos com as ex - colónias. Foi nesse sentido que apoiámos e apoiamos os povos palestinianos.

Por todas estas razões propomos uma moção de solidariedade com os povos Albaneses do Kosovo e condenamos a perseguição, a violação, o fuzilamento indiscriminado, a expulsão das suas terras ancestrais de que a etnia Albanesa do Kosovo, está a ser vítima. A bancada do PS.”

### **Moção n.º 6.**

“Dadas as preocupações que aqui foram levantadas sobre o futuro das negociações sobre a Agenda 2000, e após o alcance de resultados francamente positivos alcançados para o nosso País.

Propomos um Voto de Congratulações pelo resultado obtido, pelo actual Governo, apesar da grande oposição com que se deparou. A bancada do PS.”

A primeira moção foi aprovada com seis votos a favor e nove abstenções depois das intervenções de Álvaro Brasileiro e de Paulo Espírito Santo, respectivamente em defesa e contra o texto da moção.

A segunda moção foi aprovada por unanimidade, sem qualquer intervenção.

A sexta moção foi aprovada com nove votos a favor e seis abstenções, depois das intervenções de Paulo Espírito Santo e Pedro Branco, respectivamente a favor e contra o texto da moção. Este autarca declarou ter-se absterido porque entende que globalmente pode haver razão para nos congratularmos, mas localmente não foi

provado que os perigos para que se alertou de continuarmos na Região de Lisboa e Vale do Tejo, não se vão traduzir numa diminuição local dos fundos comunitários.

Pedro Branco sugeriu à Mesa que consultasse as bancadas no sentido de se tentar separar a questão de Timor da questão da Guerra na Jugoslávia, nas moções apresentadas.

Paulo Espírito Santo e Luisa Pacheco opinaram que concordavam plenamente e que precisamente por isso as moções apresentadas pela bancada do PS têm os dois temas separados.

Henrique Arraiolos disse concordar com a sugestão, mas que na moção apresentada pela CDU, há uma interligação e encadeamento das duas situações, que será difícil separar com outra redacção.

A quarta moção foi aprovada por unanimidade. Álvaro Brasileiro, em declaração de voto, frisou que é importante levantarmos aqui também a questão de Timor, num momento dramático, em que as milícias pró-Indonésias instaladas no território, não querem aceitar o referendo marcado para o próximo dia oito de Agosto e tudo farão para o boicotar. Congratulou-se com a aprovação unânime desta moção.

A terceira moção foi aprovada com seis votos a favor e nove abstenções, após as intervenções de Paulo Espírito Santo e Luisa Pacheco, por um lado e de Pedro Branco e Henrique Arraiolos, por outro, respectivamente contra e em defesa do texto da moção.

A quinta moção foi aprovada com nove votos a favor e seis abstenções.

Josué Cavalheiro pediu a palavra para dizer que era desejável que fosse lida a actividade da Câmara, pelo seu Presidente.

No seguimento desta intervenção o sr. Presidente da Câmara leu a actividade Camarária desde a última Assembleia Municipal, cujo teor foi o seguinte:

**“ACTIVIDADE GENÉRICA**

1. Obras de beneficiação e limpeza nas instalações da Câmara na Zona Industrial
2. Continuação das obras de beneficiação na Gouxaria
3. Beneficiação das Casas de Banho na Zona da Feira
4. Colocação de novos contentores para recolha de lixo
5. Limpeza geral no parque do Carril, Barragem e Patacão
6. Colocação de sinalização vertical, com características urbanas
7. Conclusão de asfalto da Estrada da Torrinha
8. Conclusão do asfalto na ligação Frade de Baixo - Frade de Cima
9. Conclusão do asfalto na ligação Frade de Cima - Casalinho
10. Conclusão dos passeios na Gouxaria
11. Regularização de várias estradas de utilização agrícola
12. Colocação de novas placas toponímicas
13. Reparação de buracos em estradas com asfalto degradado

## Assembleia Municipal de Alpiarça

14. Obras de regularização junto à "Curva do Moedas"
15. Beneficiação da ligação EN 368.1 - Patação
16. Beneficiação de portas e janelas na extensão do Centro Saúde de Frade Cima
17. Conclusão da ETAR na Gouxaria
18. Colocação de bancadas no Estádio Municipal, Dr. Raul José das Neves

### **EVENTOS**

1. Aniversário do Corpo de Bombeiros
2. Comemorações do Dia da Mulher
3. Colóquio sobre Ambiente (Escola C+S)
4. Representações teatrais para alunos do Ensino Pré - Primário e 1.º Ciclo
5. Concurso de Bandas integrado na Semana da Juventude
6. Colóquio sobre Internet, no âmbito da Semana da Juventude
7. Concerto com Xutos & Pontapés, integrado na Semana da Juventude
8. Exposição alusiva aos Descobrimentos (Casa-Museu)
9. Aniversário do Concelho
10. Comemorações do Dia da Árvore
11. Comemorações do 25 de Abril

### **VISITAS AO CONCELHO**

1. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna
2. Presidente do SNB
3. Director Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste
4. Director da DREL
5. Presidente do NERSANT
6. Coordenadora do CAE
7. Delegação Parlamentar do P.S.
8. Governador Civil do Distrito de Santarém

### **OBRAS EM CURSO**

1. Piscinas Municipais
2. Valorização Ambiental do Complexo dos Patudos
3. Asfaltamento de vias Municipais no Casalinho
4. Asfaltamento da ligação Casalinho - Parque de Campismo
5. Preparação para asfaltamento das vias da Gouxaria
6. Canil Municipal
7. Asfaltamento da Zona Industrial
8. E.T.A.R. Intermunicipal.”

O eleito Armindo Pinhão pediu para ser informado do ponto de situação em relação ao pavilhão que está destinado às instalações da Câmara na Zona Industrial.

O sr. Presidente da Câmara esclareceu que o terreno em causa, pertencia à empresa Decapal. Empresa que se instalou na Zona Industrial sem que tenha feito



escritura, no entanto, ao entrar em falência e de acordo com o regulamento da Zona Industrial, o terreno voltou para a posse da Câmara.

Informou da necessidade desta Assembleia Municipal autorizar a contracção de empréstimos ano a ano, no valor de dez milhões de escudos.

Paulo Espírito Santo e Armindo Pinhão solicitaram informações de pormenor, sobre esta autorização para contrair empréstimos de curto prazo, para o ano corrente, após o que, posta a proposta à votação, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a pretensão.

O sr. Presidente de Mesa deu conhecimento de uma proposta da Assembleia Municipal de Alijó, sobre remunerações nas Juntas de Freguesias e regimes de permanência.

Tomou-se conhecimento, tendo sido considerado que as decisões devem ser tomadas em local próprio, nomeadamente na Assembleia da República.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto um** – Relatório de Actividades e Conta Gerência de 1998.

O autarca Armindo Pinhão referiu que apenas tinha duas três questões para colocar, designadamente:

Na página quatro do Relatório de Actividades, referiu haver alguma contradição, visto ter-se dito que havia taxas de execução do Quadro Comunitário de Apoio muito baixas e que, o ano passado, aumentou, quando se verifica que as transferências ou receitas dos fundos comunitários baixou em relação a 1997.

Na mesma página, em relação aos empréstimos, ficou esclarecido que o empréstimo de duzentos milhões de escudos contratado em 1998 ainda não tinha entrado nos cofres da autarquia e que, apenas, entrou um outro empréstimo resultante das negociações ocorridas com a Caixa Geral de Depósitos, dizendo respeito ao Fundo de Fomento de Habitação. Consequentemente ficou mais descansado em relação aos encargos assumidos e não pagos no final do ano de 1998, que lhe pareceram elevados, supondo que os duzentos milhões de escudos, depois de entrarem nos cofres da autarquia, irão repor esses encargos.

A terceira questão prende-se com a visita da Inspeção Geral de Finanças, referida no Relatório de Actividades, que o autarca considerou não se tratar de visita mas sim de uma Inspeção de Finanças às contas da Câmara.

Paulo Espírito Santo congratulou-se pela forma, o trabalho e a qualidade como foi apresentado o presente Relatório de Actividades.

O sr. Presidente da Câmara relativamente à primeira questão colocada pelo autarca Armindo Pinhão, sobre as taxas de execução do Segundo Quadro Comunitário de Apoio, referiu que está tudo explicado no Relatório, quanto à necessidade de reformular, alterar e quantificar vários projectos, adiantado que a referida taxa aproxima-se, neste momento, dos oitenta por cento.

Votado o ponto, foi aprovado com nove votos a favor e seis abstenções.

**Ponto dois** – 1.ª Revisão ao Plano de Actividades para o ano de 1999 (ratificação). O ponto foi posto à discussão.

Armindo Pinhão pôs em causa a legalidade do acto, considerando que a aprovação do Plano Anual de Actividades e respectivas Revisões são da competência da Assembleia Municipal e tal como a proposta está feita, estamos a ratificar uma Revisão ao Plano já efectuada pelo sr. Presidente da Câmara.

O sr. Presidente da Câmara informou que esta Revisão ao Plano se destinou ao pagamento de uma ambulância para os Bombeiros Municipais, que tinha sido adquirida no ano transacto, mas cujo atraso na sua entrega, motivou que o pagamento só se viesse a concretizar no ano corrente, daí a necessidade de proceder à Revisão.

Votado o ponto, foi aprovado com nove votos a favor, três votos contra e três abstenções. Armindo Pinhão, em declaração de voto, disse ter votado contra, não por estar em desacordo com a Revisão e ao fim a que se destinou, mas por ter dúvidas quanto à legalidade do acto.

**Ponto três** – Plano de alinhamento da rua Silvestre Bernardo Lima.

O ponto foi posto à discussão. Por não se registar qualquer intervenção, foi votado e aprovado por unanimidade.

**Ponto quatro** – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

O ponto foi posto à discussão, com a intervenção de Armindo Pinhão que questionou a forma como vão ser nomeados os elementos desta Assembleia Municipal que integrarão o presente Conselho.

O sr. Presidente da Mesa informou que por inerência do cargo faz logo parte, propondo que fossem nomeados dois elementos de cada bancada. A designar posteriormente, ainda durante a semana, pela CDU e as eleitas Luisa Pacheco e Fernanda Tirano pelo PS.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

**Ponto cinco** – Proposta de Criação da Comissão de Protecção de Menores.

O ponto foi posto à discussão, com a intervenção de Luisa Pacheco que explicou a finalidade desta Comissão, que funciona a nível concelhio em estreita ligação com representantes do Tribunal da Comarca respectiva, nomeadamente com o Ministério Público e que visa fazer a prevenção de situações de risco ou grave perigo para a integridade física e psíquica de menores.

### **PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA**

Concluída a ordem de trabalhos e havendo diversa assistência na sala, o sr. Presidente da Mesa informou que estava aberto um período para intervenção do público e que os munícipes presentes poderiam inscrever-se para fazer uso da palavra devendo reportar-se apenas à ordem de trabalhos.

O munícipe Francisco José Cunha, usou da palavra sobre a questão do Legado Manuel Nunes Ferreira, opinando que apenas há uma decisão do Ministério Público, mas que o Tribunal ainda não julgou o caso.

Mais, lamentou que esta Assembleia Municipal, que apenas reúne de dois em dois meses, gaste tanto tempo com os problemas não relacionados directamente com Alpiarça, nomeadamente com a Guerra do Kosovo, quando há tanto por fazer em Alpiarça.

O munícipe Eng.º Raúl Figueiredo questionou o sr. Presidente da Câmara sobre a moção “Agenda 2000”, aprovada há pouco nesta Assembleia, nomeadamente se ele a subscreve e se acha que Alpiarça vai beneficiar destas negociações.

Opinou que a bancada do PS se deveria debruçar sobre a Guerra na Jugoslávia e sobre as consequências económicas que esta Guerra terá para todos nós, nomeadamente com a desvalorização do Euro, face ao Dólar. Lembrou ainda a posição tomada pelo Dr. Mário Soares, o qual, considerou que houve uma ilegalidade na participação de Portugal nesta guerra.

O sr. Presidente da Mesa lembrou que o munícipe deve centrar a sua intervenção apenas em assuntos relacionados com a Ordem de Trabalhos.

O mesmo munícipe questionou ainda o sr. Presidente da Câmara sobre a transferência das oficinas da Câmara para um Pavilhão sito na Zona Industrial. Comentou ainda a não negociação do antigo edifício do Cinema e a não conclusão da Revisão do PDM, no prazo de cem dias como havia sido prometido.

O sr. Presidente da Câmara respondeu às várias questões colocadas.

Emitiu a sua opinião pessoal sobre a “Agenda 2000” e disse congratular-se com o resultado global para Portugal, obtido nessas negociações. Quanto à nossa Região, toda a gente sabe que ficou no “objectivo um” e agora compete a quem negocia estes fundos, tentar inverter esta situação e consagrar a chamada discriminação positiva para a Região.

Quanto à transferência das oficinas municipais para a Zona Industrial explicou que houve uma apropriação do terreno por parte da Câmara Municipal, porque estava indevidamente nas mãos da Decapal que se instalou na Zona Industrial sem que tenha feito escritura do terreno. Há uma terceira entidade envolvida, nomeadamente o I.E.F.P., tem que ver com o pavilhão que lá está construído, sobre o qual pende uma dívida e que não é propriedade da Câmara, de qualquer modo, a situação foi aprovada em reunião de Câmara.

Sobre a revisão ao PDM, ela foi feita por parte da Câmara em muito menos de cem dias, só falta agora as entidades externas pronunciarem-se sobre o mesmo.

Não se registando mais nenhuma intervenção do público, o sr. Presidente da Mesa deu por esgotado este período e pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assembleia Municipal de Alpiarça

Nada mais havendo para tratar, foi pelo sr. Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: \_\_\_\_\_

1.º Secretário: \_\_\_\_\_

2.º Secretário: \_\_\_\_\_

/RV